

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Saúde Participações S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto. Ao longo de seu ano inaugural, a Companhia realizou investimentos nas entidades Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. e Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Em setembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, com as quotas da Porto Seguro Serviços Médicos Ltda., sendo aportadas pela Porto Seguro S.A. na Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda etapa de reorganização ocorreu, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

A terceira etapa da reestruturação ocorreu em fevereiro de 2023, com o aporte, pela Porto Seguro S.A. na Companhia, de ações de emissão da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. e da Porto Saúde Serviços de Saúde S.A. Com isso, a Companhia passou a ser a controladora direta da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. e da Porto Saúde Serviços de Saúde S.A. e a controladora indireta da Porto Seguro Serviços Médicos Ltda., da Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda.

A última etapa da reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. se tornando controlada direta pela Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., mediante a cisão parcial da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e a versão da parcela cindida (totalidade das ações de emissão da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.) na Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. Posteriormente, em maio de 2023, a Porto Seguro S.A. aportou as ações de emissão da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. recebidas na operação anterior na Companhia, de modo que esta passou a ser a titular da totalidade das ações de emissão da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A..

No encerramento do ano de 2023, a Porto Saúde Participações S.A. reportou um resultado consolidado positivo de R\$ 88.782 mil, com um lucro por ação de R\$ 0,082. É importante destacar que, devido à natureza recente das operações e às significativas reestruturações societárias realizadas, a comparação direta com o ano anterior não é pertinente, especialmente considerando que a principal operação, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., foi integrada à vertical no exercício de 2023.

Estas demonstrações financeiras foram especialmente elaboradas para fins de registro de emissor, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, prevalecendo à publicada anteriormente em 26 de fevereiro de 2024. Nesse contexto, estão sendo apresentadas a Demonstração do Valor Adicionado e aprimoradas certas divulgações em notas explicativas para cumprimento da referida resolução.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		Controladora			Consolidado
	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022			Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
ATIVO									
Circulante									
Equivalentes de caixa	8	29	30		8	29	30	791.676	
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	-	-		9.1.1	-	-	665.755	
Recebíveis de prestação de serviços	10	-	-		10	-	-	18.828	
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	-	-		12.1	-	-	13.023	
Custos de aquisição diferidos	11	-	-		11	-	-	545	
Outros ativos	13	-	-		13	-	-	68.069	
Não circulante		1.241.273	21	1.237.861					
Realizável a longo prazo									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	-	-		9.2	-	-	247.226	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	-	-		12.3	-	-	147.353	
Custos de aquisição diferidos	11	-	-		11	-	-	17.581	
Depósitos judiciais	14	-	-		14	-	-	215.927	
Outros ativos	13	-	-		13	-	-	27	
Investimentos									
Participações em controladas	15.1	1.241.273	21		15.1	1.241.273	21	-	
Imobilizado	16	-	-		16	-	-	530.463	
Intangível	17	-	-		17	-	-	79.284	
Total do Ativo		1.241.302	51	2.029.537					
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante									
Contratos de seguros								436.186	
Impostos e contribuições a recolher	12.2	-	-		12.2	-	-	30.199	
Outros passivos	20	-	-		20	-	-	79.081	
Não circulante									
Contratos de seguros	18	-	-		18	-	-	3.045	
Provisões judiciais	19	-	-		19	-	-	227.662	
Outros passivos	20	-	-		20	-	-	12.062	
Patrimônio líquido	21	1.241.302	51	1.241.302	21	1.241.302	51	1.241.302	
Capital social		1.176.557	50			1.176.557	50		
Reservas de lucros		67.307	1			67.307	1		
Outros resultados abrangentes		(2.562)	-			(2.562)	-		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.241.302	51	2.029.537		1.241.302	51	2.029.537	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Constituição da Companhia em 27 de maio de 2022		50	-	-	-	50
Lucro líquido do exercício		-	-	1	-	1
Destinações:						
Reservas estatutárias		-	1	(1)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		50	1	-	-	51
Aumento de capital - AGE em 10 de fevereiro de 2023 (retificada em 25 de maio de 2023)	21 a	82.426	-	-	-	82.426
Aumento de capital - AGE em 10 de maio de 2023	21 a	1.094.081	-	-	-	1.094.081
Efeitos de reorganização societária - controladas		-	(7.122)	-	-	(7.122)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	21 d	-	10.672	-	-	10.672
Ações outorgadas - controladas	21 d	-	(32)	-	-	(32)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro (resultado abrangente)		-	-	-	(1.498)	(1.498)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		-	-	-	(1.064)	(1.064)
Lucro líquido do exercício		-	-	88.782	-	88.782
Destinações:						
Reserva legal	21 b	-	4.439	(4.439)	-	-
Reservas estatutárias	21 b	-	59.349	(59.349)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21 c	-	-	(21.086)	-	(21.086)
Dividendos adicionais	21 c	-	-	(3.908)	-	(3.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.176.557	67.307	-	(2.562)	1.241.302

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		Controladora			Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	
Caixa líquido atividades operacionais	-	-	(502.963)		-	-	(502.963)		
Caixa gerado nas operações	-	-	110.496		-	-	110.496		
Lucro líquido do exercício	88.782	1	88.782		88.782	1	88.782		
Depreciações - imobilizado	-	-	8.952		-	-	8.952		
Amortizações	-	-	4.429		-	-	4.429		
Equivalência patrimonial	(88.782)	(1)	-		(88.782)	(1)	-		
Provisões judiciais	-	-	8.333		-	-	8.333		
Variações nos ativos e passivos	-	-	(537.804)		-	-	(537.804)		
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	-	-	(665.741)		-	-	(665.741)		
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	-	-	(247.219)		-	-	(247.219)		
Recebíveis de prestação de serviços	-	-	(18.825)		-	-	(18.825)		
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(13.020)		-	-	(13.020)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(147.352)		-	-	(147.352)		
Custos de aquisição diferidos	-	-	(18.126)		-	-	(18.126)		
Depósitos judiciais	-	-	(215.927)		-	-	(215.927)		
Outros ativos	-	-	(68.091)		-	-	(68.091)		
Contratos de seguro	-	-	439.230		-	-	439.230		
Impostos e contribuições a recolher	-	-	103.282		-	-	103.282		
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			(1)	30			(1)	30	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa			30				30		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa			29				30		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos do grupo Porto passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave ("soft landing", na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos

mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre. Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal acarretaria em reduzir o nível da Selic terminal. Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 28 de março de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Receitas				
Receita de seguro	22	-	-	3.428.055
Receitas de prestação de serviços	23	-	-	122.958
Outras receitas operacionais		-	-	4.955
Equivalência patrimonial	15.1	88.782	1	1
Total das receitas		88.782	1	3.555.969
Despesas				
Despesas de seguro	22	-	-	(3.054.664)
Custos de aquisição - outros				(14.868)
Despesas administrativas	24	-	-	(302.449)
Despesas com tributos	25	-	-	(34.295)
Custos dos serviços prestados	26	-	-	(40.381)
Outras despesas operacionais	27	-	-	(39.473)
Total das despesas		-	-	(3.486.130)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		88.782	1	69.839
Receitas financeiras	28	-	-	91.117
Despesas financeiras	29	-	-	(24.299)
Lucro operacional		88.782	1	136.657
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.782	1	136.657
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	12.4	-	-	(47.875)
Diferido		-	-	(195.227)
Lucro líquido do exercício		88.782	1	88.782
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia		88.782	1	88.782
Lucro por ação:				
- Básico	32	0,082	0,020	0,082
- Diluído	32	0,082	0,020	0,082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Lucro líquido do exercício	88.782	1	88.782
Outros resultados abrangentes	(2.562)	-	(2.562)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro	(1.498)	-	(1.498)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	(1.064)	-	(1.064)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários..	86.220	1	86.220
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia	86.220	1	86.220

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Controladora		Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Receitas	-	-	3.555.968
Resultado de contratos de seguros	-	-	3.428.055
Prestação de serviços	-	-	122.958
Outras	-	-	4.955
Receita operacional	-	-	3.555.968
Despesas de seguros	-	-	(3.054.664)
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(272.631)
Material, energia e outros	-	-	(166.198)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	-	-	(40.381)
Serviços de terceiros e comissões	-	-	(66.052)
Valor adicionado bruto	-	-	228.673
Depreciação e amortização	-	-	(13.381)
Valor adicionado líquido produzido	-	-	215.292
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	88.782	1	80.623

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar, sala 2, Campos Elíseos, São Paulo - SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto. Ao longo de seu ano inaugural, a Companhia realizou investimentos na entidade Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Em setembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, com as quotas da Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. sendo aportadas pela Porto Seguro S.A. na Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda etapa de reorganização ocorreu, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A..

A terceira etapa da reestruturação ocorreu em fevereiro de 2023, com o aporte, pela Porto Seguro S.A. na Companhia, de ações de emissão da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. e da Porto Saúde Serviços de Saúde S.A. Com isso, a Companhia passou a ser a controladora direta da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. e da Porto Saúde Serviços de Saúde S.A. e a controladora indireta da Porto Seguro Serviços Médicos Ltda., da Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda..

A última etapa da reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. se tornando controlada direta pela Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., mediante a cisão parcial da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e a versão da parcela cindida (totalidade das ações de emissão da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.) na Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.. Posteriormente, em maio de 2023, a Porto Seguro S.A. aportou as ações de emissão da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. recebidas na operação anterior na Companhia, de modo que a Companhia passou a ser a titular da totalidade das ações de emissão da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A..

Após a conclusão da reorganização societária, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022			
	Conso- lidação	Participação (%) Direta Indireta	Conso- lidação	Participação (%) Direta Indireta		
Porto Saúde Operações	Integral	100,00	Equivalência Patrimonial	0,128	—	
Porto Saúde.....	Integral	—	100,00	—	—	
Portomed.....	Integral	—	100,00	Equivalência Patrimonial	—	0,128
Porto Odonto.....	Integral	—	100,00	Equivalência Patrimonial	—	0,128
Porto Saúde Serviços....	Integral	100,00	—	Patrimonial	0,015	—
Serviços Médicos.....	Integral	—	100,00	Equivalência Patrimonial	—	0,015
Porto Seguro Saúde	Integral	—	100,00	Equivalência Patrimonial	—	0,015
Ocupacional.....	Integral	—	100,00	Equivalência Patrimonial	—	0,015

(* A Companhia não apresenta posição consolidada comparativa com 31 de dezembro de 2022 pois não detinha o controle societário das investidas nesta data, e, portanto, não estava obrigada a apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, conforme dispõe o CPC 36 - Demonstrações consolidadas.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Saúde Operações S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do grupo reguladas pela ANS.
2. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
3. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
4. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
5. Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do grupo não reguladas no mercado de saúde.
6. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
7. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

Em 14 de abril de 2023, foi aprovada na assembleia geral extraordinária ("AGE"), a cisão dos saldos relativos aos investimentos na Porto Saúde (anteriormente controlada pela Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais) com versão da parcela patrimonial cindida para a Porto Saúde Operações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta demonstração financeira representa a primeira divulgação efetuada pela Companhia em atendimento à Lei nº 11.638/2007. A exigência para esta apresentação teve início a partir do momento em que, durante o exercício de 2023, a organização atingiu o patamar de grande porte.

Estas demonstrações financeiras foram especialmente elaboradas para fins de registro de emissor, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, prevalecendo à publicada anteriormente em 26 de fevereiro de 2024. Nesse contexto, estão sendo apresentadas a Demonstração do Valor Adicionado e aprimoradas certas divulgações em notas explicativas para cumprimento da referida resolução.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria em 28 de março de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(A) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos

e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subseqüentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas. As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base em uma única linha de operação, no setor de saúde. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados a um único segmento, sendo este de saúde. A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

RESOLUÇÃO CVM 193/2023

A CVM publicou em 20 de outubro de 2023, a Resolução CVM nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo "International Sustainability Standards Board" - ISSB. A nova norma é a primeira entrega do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis da CVM para 2023-2024, que conta com metas, objetivos e prazos de cumprimento baseados nas diretrizes constantes na Política de Finanças Sustentáveis. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 17 a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma trouxe mudanças significativas para a contabilização de contratos de seguro. Como resultado, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17. As novas políticas estão destacadas a seguir:

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO

(A) CLASSIFICAÇÃO Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

(B) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividade nos produtos existentes na Companhia.

(C) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO

CONTRATO DE SEGURO A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são

formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA	PAA
Saúde	Saúde

(D) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa. A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(E) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigá o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(F) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados não incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas.

MODIFICAÇÕES E BAIXA A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda com o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA) A Companhia aplica o modelo PAA para os contratos de seguro pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do período é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Estas despesas incluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens; sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

(G) TRANSIÇÃO A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, aplicando as seguintes abordagens para identificar e mensurar determinados grupos de contratos:

Porto Saúde Saúde Abordagem Retrospectiva Integral
Portomed Saúde Abordagem Retrospectiva Integral

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de iliquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa:

Curva	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Pré Fixada.....	10,32%	10,44%	11,14%	11,40%	11,40%
IGPM.....	5,99%	5,32%	6,00%	6,14%	6,14%
IPCA.....	6,12%	5,49%	5,62%	5,67%	5,67%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70º percentil (nível de confiança alto).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205–001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de seguros mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros. Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custo baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração do Grupo Porto determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos.

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

(A) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(B) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(C) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de

negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de longo prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: determinadas controladas da Companhia patrocinam os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(A) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pelas companhias investidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(B) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades reguladas para as sociedades reguladas pela ANS é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais empresas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iii) da realização de tributos diferidos e (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelo uso das estimativas e julgamentos relacionados ao IFRS 17, consolidados na nota explicativa nº 3.1.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu

julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Companhia.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Appetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023, 77,5% (77,6% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Risco soberano - Brasil	82,3%	85,9%
Instituições financeiras	7,6%	4,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,1%	0,8%
Outros	9,0%	8,8%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	68.255	–
Fluxo de 1 a 30 dias	576.437	195.909
Fluxo de 2 a 6 meses	33.229	221.768
Fluxo de 7 a 12 meses	32.118	14.120
Fluxo acima de 1 ano	247.226	7.434
Total	957.265	439.231

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração dos riscos dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDB) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera equivalentes de caixa e ativos financeiros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	41,6%	41,3%
Prefixados	37,1%	28,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	16,1%	24,3%
Ações	1,8%	2,0%
Outros	3,4%	3,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.



Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★continuação

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
	+ 50 b.p.	(12.510)
	+ 25 b.p.	(6.410)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(2.602)
	- 10 b.p.	2.602
	- 25 b.p.	6.410
	- 50 b.p.	12.510
	+ 50 b.p.	(372)
	+ 25 b.p.	(191)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(77)
	- 10 b.p.	77
	- 25 b.p.	191
	- 50 b.p.	372
	± 34%	(2.874)
Ações	± 17%	(1.437)
	± 9%	(718)
	± 50 b.p.	(1.361)
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	(1.134)
	± 10 b.p.	(907)

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

A Companhia atua no mercado de saúde. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas, e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto Seguro, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo, aplicáveis para as investidas Porto Saúde e Portomed:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	1.178.172	1.008.731
Despesas diferidas	(483.667)	(296.481)
Intangível	(55.304)	(43.991)
Despesas antecipadas	(1.115)	(1.894)
Patrimônio líquido ajustado	638.086	666.365
Capital Regulatório	571.532	476.359
Suficiência de capital (*)	66.554	190.006

(*) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	29	30
	29	30
	29	30

(*) Composto por operações comprometidas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

Fundos exclusivos	Dezembro de 2023
LFTs	356.968
LTNs	289.988
Debêntures	7.252
Letras financeiras - privadas	5.388
Coas de fundos	4.363
Ações de companhias abertas	1.696
NTNs - B	88
CDBs	12
Total	665.755

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos	647.044	18.711	665.755
Total	647.044	18.711	665.755

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO - CONSOLIDADO

	Consolidado
	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)	
NTNs - B	247.226
Total	247.226

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2023
Saldo inicial	–
Aquisição Investidas	737.831
Aplicações	1.735.993
Resgates	(1.609.611)
Rendimentos líquidos	74.224
Saldo final	938.437
Circulante	691.211
Não circulante	247.226

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 246.431.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos	–	–
Letras financeiras %CDI	–	134,30
LTNs	–	10,97
NTNs - B - IPCA	–	5,19
Debêntures (DI+)	–	1,98
LFTs	–	0,14
LFs %CDI	–	127,44

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Prestação de serviços médicos	24.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.196)
Total	18.828

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Consolidado
	Dezembro de 2023
Saldo inicial	–
Aquisição Investidas	8.304
Constituições	9.822
Saldo final	18.126
Circulante	545
Não circulante	17.581

12. TRIBUTOS - CONSOLIDADO

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	5.216
INSS a recuperar	5.145
Contribuição social	1.565
Imposto de renda	642
Outros	455
Total	13.023

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos	Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Porto Saúde Operações	10	71.706	1.094.081	(24.993)	13.945	1.154.749
Porto Saúde Serviços	11	17.076	82.426	(14.500)	1.511	86.524
	21	88.782	1.176.507	(39.493)	15.456	1.241.273

15.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (I)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício (II)
Porto Saúde Operações	1.162.759	–	–	–
Porto Saúde	2.343.404	1.189.076	3.518.880	71.149
Portomed	9.016	1.413	1.510	249
Porto Odonto	830	10	86	14
Porto Saúde Serviços	78.512	–	–	–
Serviços Médicos	86.927	8.425	65.563	13.947
Porto Seguro Saúde Ocupacional	32.170	5.905	61.083	3.423
	3.713.618	1.204.829	3.647.122	88.782

(I) Incluem as receitas financeiras.

(II) Excluem o resultado de equivalência patrimonial.

16. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Dezembro de 2023
				Valor Líquido
Edificações (I)	2,0	454.060	(17.962)	436.098
Terrenos	–	94.103	–	94.103
		548.163	(17.962)	530.201
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	5	(3)	2
Equipamentos	10,0 a 14,3	49	(48)	1
Veículos	20,0 a 25,0	370	(111)	259
		424	(162)	262
		548.587	(18.124)	530.463

(I) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	8.608
INSS e FGTS	4.759
Imposto de renda (I)	3.952
Contribuição social (II)	3.84
ISS	3.26
IRRF	2.546
Outros	3.226
	30.199

(I) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

12.3 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de ativos	Dezembro de 2023
	de passivos	de ativos	de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	4.388	(1.281)	3.107
Diferenças temporárias decorrentes de:			
Provisão para obrigações legais	90.043	(2.550)	87.493
Provisão para riscos de créditos	20.140	(14.131)	6.009
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	36.088	(1.219)	34.869
Provisão de participação de lucros	23.206	(13.720)	9.486
Provisões para processos judiciais -			
cíveis e trabalhistas	6.282	(174)	6.108
IR e CS Diferido IFRS17	10.592	–	10.592
Outras provisões	5.082	(938)	4.144
	195.821	(34.013)	161.808
Compensação de ativo/passivo diferido (I)			(14.455)
			147.353

(I) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	139.015
2024	4.360
2025	2.572
2026	276
2027	248
2028 a 2030	581
Após 2031	302
Total - ativo	147.353

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	88.782	136.657
Alíquota vigente	34%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(30.186)	(54.663)
Equivalência patrimonial	30.186	–
Participação nos lucros	–	(2.548)
Inovação tecnológica	–	1.078
Depósitos judiciais	–	4.645
Incentivos fiscais	–	2.690
Outros	–	923
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	30.186	6.788
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	–	(47.875)
Taxa efetiva (D/A)	0,0%	35,0%

13. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Consolidado
	Dezembro de 2023
Adiantamentos e outros créditos	54.370
Contas a receber - Fundação Itaú	13.726
	68.096
Circulante	68.099
Não circulante	27

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 MOVIMENTAÇÃO

Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Despesas de depreciação	Outros/trans-ferências	
Edificações	(8.871)	444.969	436.098
Terenos.....	-	94.103	94.103
Móveis, máquinas e utensílios	-	2	2
Equipamentos.....	(7)	8	1
Veículos	(74)	333	259
	(81)	343	262
	(8.952)	539.415	530.463

17. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO
17.1 COMPOSIÇÃO

Taxas anuais amortização (%)	Amortização		Valor líquido
	Custo	Acumulada	
"Software"	6,67 a 20,0	101.588 (46.284)	55.304
		101.588 (46.284)	55.304
Ágio na aquisição de investimentos ..		23.980	23.980
Combinação de negócios - Saúde Ocupacional		23.980	23.980
		125.568 (46.284)	79.284

18. CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO
Os saldos de contratos de seguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

Passivos por Cobertura Remanescente	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18 b)	Dezembro de 2023	
				PAA	Total
	(1)	-	-	(1)	(1)
	(1)	-	-	(1)	(1)
Aquisição Investidas.....	78.489	(506.302)	(23.524)	120.462	(330.875)
Receita de seguro.....	3.428.055	-	-	-	3.428.055
Despesas de serviço de seguro.....	(277.473)	(2.769.936)	(7.255)	-	(3.054.664)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	19.600	(2.769.936)	-	-	(2.750.336)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(297.073)	-	-	-	(297.073)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	-	-	(7.255)	-	(7.255)
Resultado do serviço de seguro.....	3.150.582	(2.769.936)	(7.255)	-	373.391
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros.....	(21.072)	18.397	(2.552)	-	(5.227)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	3.129.511	(2.751.540)	(9.807)	-	368.164
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos.....	(3.449.598)	-	-	-	(3.449.598)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	-	2.517.679	-	-	2.517.679
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	173.724	-	-	281.676	455.400
Fluxos de caixa totais	(3.275.874)	2.517.679	-	281.676	(476.519)
Saldo final no exercício.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)
Saldo final dos passivos de seguro	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)
Saldo de fechamento líquido.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)

B) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO
Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição

	de 0 até 1 ano		de 1 até 5 anos		Total
	2023	2022	2023	2022	
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2023	271.457	130.681	402.138	402.138	402.138
	271.457	130.681	402.138	402.138	402.138

C) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
	Até a data-base	53.414	67.228	66.317	82.476	84.692	124.487	125.686	154.877	178.118	543.779
Dois anos mais tarde.....	57.308	71.967	69.432	87.508	88.347	130.772	135.968	166.134	196.822	-	196.822
Três anos mais tarde	57.665	72.604	71.641	87.981	89.602	131.823	136.846	167.412	-	-	167.412
Quatro anos mais tarde	57.994	72.683	71.794	88.351	89.909	131.908	138.070	-	-	-	138.070
Cinco anos mais tarde	58.384	72.745	72.009	87.499	89.982	130.969	-	-	-	-	130.969
Seis anos mais tarde.....	58.589	72.933	72.032	87.444	90.074	-	-	-	-	-	90.074
Sete anos mais tarde.....	58.770	72.896	71.978	87.478	-	-	-	-	-	-	87.478
Oito anos mais tarde	58.646	72.898	71.884	-	-	-	-	-	-	-	71.884
Nove anos mais tarde	58.499	72.917	-	-	-	-	-	-	-	-	72.917
Dez anos mais tarde	58.486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.486
Estimativa Corrente.....	58.486	72.917	71.884	87.478	90.074	130.969	138.070	167.412	196.822	543.779	1.557.891
Pagamentos acumulados até a data-base	(58.356)	(72.917)	(70.896)	(87.000)	(90.014)	(130.659)	(136.472)	(167.406)	(196.062)	(190.270)	(1.200.051)
Total	130	-	988	479	60	310	1.598	6	760	353.509	357.840
Provisões atuariais complementares.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	396.983
Efeito da taxa de desconto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.659)
Ajuste ao Risco.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.331
Passivo por Sinistros Incorridos em dez/23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	773.495

19. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO
19.1 PROVÁVEIS

As controladas da Companhia são partes envolvidas em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	212.149	212.149
Cíveis (b)	14.328	14.328
Trabalhistas (c)	1.185	1.185
Total	227.662	227.662
Depósitos judiciais (*)	(211.561)	(211.561)
Provisão líquida	16.101	16.101

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

(A) FISCALIS E PREVIDENCIÁRIOS
As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	182.228	182.228
PIS	26.868	26.868
Outros	3.053	3.053
Total	212.149	212.149
Depósitos judiciais (*)	(210.167)	(210.167)
Provisão líquida	1.982	1.982

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisões reconhecidos contabilmente.

(i) PIS
A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 400.470.

17.2 MOVIMENTAÇÃO

Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/trans-ferências	
"Software"	15.742	(4.429)	43.991	55.304
Ágio na aquisição de investimentos - Saúde Ocupacional	4	-	23.976	23.980
	4	15.742 (4.429)	67.967	79.284

17.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos. Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro. As taxas de desconto e decréscimo na perpetuidade da Porto Seguro Saúde Ocupacional em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,79% e 3,50%, respectivamente. Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Dezembro de 2023
Cíveis.....	5.906
Trabalhistas	140
Total	6.046

20. OUTROS PASSIVOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Débitos a pagar	18.161
Participações nos lucros.....	17.853
Transações com partes relacionadas (i).....	17.211
Encargos trabalhistas	10.931
Provisões matemáticas	8.883
Depósitos de terceiros	8.633
Benefícios pós emprego (ii).....	7.124
Outros.....	2.347
Total	91.143
Circulante	79.081
Não circulante.....	12.062

(i) Vide nota explicativa nº 31.
(ii) Vide nota explicativa nº 30.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(A) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 1.176.557 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 1.076.245.175 ações (50.000 ações em 31 de dezembro de 2022) ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(B) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 4.439.

(ii) Reservas estatutárias

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(C) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	88.782
(-) Reserva legal - 5%	(4.439)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	84.343
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	21.086
Dividendos pagos antecipadamente	24.994
Total por ação (R\$)	0,15325

Em 30 de outubro de 2023, foi aprovado em Reunião da Diretoria R\$ 15.000 para a sua controladora Porto Seguro S.A.. Em 29 de novembro de 2023, foi aprovado em Reunião da Diretoria R\$ 9.994 para a sua controladora Porto Seguro S.A..

(D) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Embora a Companhia não possua atualmente plano de remuneração em ações de sua própria emissão, os administradores e empregados da Companhia e de suas controladas são elegíveis ao plano de remuneração em ações ("Plano") aprovado no âmbito da Porto Seguro S.A. ("PSSA"), que é a controladora da Companhia. O Plano estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações de emissão da PSSA a administradores e empregados da PSSA e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas. O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, e das empresas do Grupo Porto; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para o Grupo Porto; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da PSSA, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da PSSA e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da PSSA e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas. As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela PSSA mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

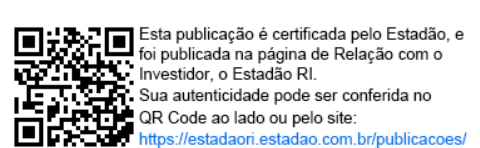
O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral da PSSA realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano. O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da PSSA e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas, conforme determinação do Comitê de Remuneração da PSSA, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela PSSA mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Resultado dos contratos de seguro - PAA	3.428.055
Alocação de prêmio	3.428.055
Receita de seguro.....	(2.757.591)
Despesas com seguro	(2.750.336)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas..	(7.255)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(297.073)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(297.073)
Despesas de aquisição	(3.054.664)
Despesas totais de serviço de seguro	373.391
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	373.391

23. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Receita de serviços	133.190
ISS.....	(3.609)
PIS/COFINS	(6.623)
Total	122.958



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	104.466
Serviços de terceiros	99.630
Localização e funcionamento	58.157
Participação nos lucros	22.833
Publicidade	4.987
Donativos e contribuições	4.379
Outras	7.997
	302.449

25. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
COFINS	27.906
PIS	4.536
Imposto sobre serviços	6
Outras	1.848
	34.295

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Serviços de terceiros	21.299
Salários e encargos	18.442
Outros	640
	40.381

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Cobranças e adm. de apólices e contratos	21.446
Encargos sociais de operações com seguros	6.292
Provisão para contingências	5.862
Outras	5.873
	39.473

28. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.224
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	6.846
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.764
Outras	1.283
	91.117

29. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023
Despesa com atualização de contingências	8.764
Despesas com contratos de seguros emitidos	5.227
Outras	10.308
	24.299

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas da Companhia patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 321 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 1.020 em dezembro de 2023.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.773
Custo dos benefícios	298
Custo de juros	552
Benefícios pagos	(439)
Ganho atuarial sobre a obrigação	2.017
Outros	(77)
Saldo final do passivo	7.124

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

	2023
Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,64%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	3,92%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	3,92%

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
- Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio; e
- Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA PORTO SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.

expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (j) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas especialmente para fins de registro.

São Paulo, 28 de março de 2024

Sami Foguel

Diretor Presidente

Celso Damadi

Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

DIRETORIA

SAMÍ FOGUEL

Diretor Presidente

CELSONI DAMADI

Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Cliente e Dados

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria da

Porto Saúde Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Saúde Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Reorganização societária

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto, em que a Porto Saúde Participações S.A. obteve ao longo do exercício de 2023 a participação de 100% do patrimônio líquido das empresas que operam no ramo de Saúde descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

b) Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado e aprimorar certas divulgações em notas explicativas, conforme requerimento da CVM, em virtude do processo de abertura de capital da Companhia. Em 26 de fevereiro, emitimos nosso relatório de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº3.1, o IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros, divulgado em maio de 2017, estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com adoção para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia, por meio de suas controladas que comercializam contratos de seguros, aderiram ao referido pronunciamento.

A adoção do IFRS 17 (CPC 50) exigiu da Diretoria da Companhia, entre outras atividades, um investimento relevante em pessoas, tecnologia, recursos financeiros, planejamento detalhado de diagnóstico e implantação, treinamentos, bem como um alto grau de subjetividade nas definições das premissas e metodologias necessárias para implantação do referido normativo. Sendo assim, pela adoção da referida norma, definimos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) discussão com a Diretoria e consultores externos da Companhia para entendimento das metodologias e premissas adotadas; (ii) acompanhamento do andamento da implementação do projeto; (iii) reuniões com a Diretoria, bem como com demais órgãos de governança envolvidas; (iv) entendimento dos controles operacionais existentes; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles que suportam os valores registrados; (vi) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados; (vii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia; (viii) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos contratos de seguros; (ix) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (x) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50), consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos contratos de seguros, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimentos - Participação em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Porto Saúde Participações S.A. possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência. Em 31 de dezembro de 2023, o investimento da Porto Saúde Participações S.A. nas suas controladas totalizava 1.241.273 milhões, e resultado de equivalência patrimonial de R\$ 88.782 milhões, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Porto Saúde Participações S.A., determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia e (v) avaliação da adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentação e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo	Despesas
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
Porto Cia.....	14.810	14.810
Porto Seguro S.A.....	1.513	1.513
Portoseg	888	888
	17.211	17.211

	Receitas	Despesas
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
Porto Cia.....	102.365	110.380
Porto Atendimento.....	20.004	11.016
Porto Consórcio.....	6.832	—
Azul Seguros.....	4.661	—
Portoseg.....	3.521	—
Porto Assistência.....	2.037	—
Locadora de Veículos.....	1.151	—
Porto Investimentos.....	1.052	610
Porto Vida.....	630	—
Itaú Auto e Residência.....	501	—
Porto Renova Nova.....	405	—
Crediporto.....	389	—
Porto Seguro Serviços e Comércio.....	226	—
Portopar.....	206	—
Porto Capitalização.....	30	—
Porto Seguro S.A.....	—	9.691
	144.010	131.697

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos a diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores.....	5.159
Honorários e encargos	3.372
	8.531

32. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antilutativo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	88.782	1
Quantidade de ações	1.076.245	50
Lucro por ação básico e diluído (R\$).....	0,0825	0,0200



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações

financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



Building a better working world

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O-6
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O-6



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>